



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL - UAB
CENTRO DE EDUCAÇÃO – CE
CURSO DE PEDAGOGIA – MODALIDADE A DISTÂNCIA

DISCIPLINAS E LIMITES NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM DESAFIO PARA O
PROFESSOR

ZENAIDE PEREIRA DA SILVA

JOÃO PESSOA-PB
2013

ZENAIDE PEREIRA DA SILVA

DISCIPLINAS E LIMITES NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM DESAFIO PARA O
PROFESSOR

Trabalhos de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em
Pedagogia na Modalidade à Distância, do Centro de
Educação da Universidade Federal da Paraíba, como
requisito parcial para obtenção do título de
Licenciatura em Pedagogia.

ORIENTADORA: Prof.^a Emília Cristina Ferreira de Barros

JOÃO PESSOA-PB
2013

S586d Silva, Zenaide Pereira da.

Disciplinas e limites na educação infantil: um desafio para o professor /
Zenaide Pereira da Silva. – João Pessoa: UFPB, 2013.
37f. ; il.

Orientador: Emília Cristina Ferreira de Barros
Monografia (graduação em Pedagogia – modalidade a distância) –
UFPB/CE

1. Educação infantil. 2. Disciplina. 3. Limite. I. Título.

UFPB/CE/BS

CDU: 373.24 (043.2)

Dedico este trabalho, em memória da minha mãe que foi o anjo mandado por Deus para me guiar aqui na terra enquanto esteve presente na minha vida, e mesmo não estando mais conosco deixou em mim o desejo de fazer este curso.

Muito Obrigada minha mãe.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, pois sem ele jamais teria realizado este curso.

As minhas filhas Roseany Pereira Candeia e Rosemary Pereira Candeia pela ajuda constante na realização deste trabalho, sem reclamar uma só vez por eu me dedicar mais a este curso do que a elas.

A minha grande amiga Cilene, pelo apoio e grande incentivo em todos os momentos de fraqueza e desestímulo.

A minha Tutora M^a Gracinete que esteve presente em todo o decorrer deste curso me ajudando no que foi preciso.

A todas as minhas colegas do curso de licenciatura em Pedagogia, em especial Larícia e Daniela que sempre me ajudaram nas horas difíceis.

A meu colega Carlos pelas inúmeras caronas de Piancó para Itaporanga nos períodos das provas.

A minha Orientadora Prof.^a Emília por toda a ajuda prestada, como também pela paciência que teve comigo, mesmo nas horas dos stress e desabafos.

Por fim agradeço a todos os professores da UFPB Virtual pela paciência e dedicação depositadas, principalmente aos tutores e funcionários do Polo de Itaporanga, que sempre nos acolheram com muita paciência e dedicação.

A todos obrigada.

[...] para mim, é impossível existir sem sonho. A vida na sua totalidade me ensinou como grande lição que é impossível assumi-la sem risco.

(Paulo Freire)

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso aborda a Disciplina e Limites na Educação Infantil. O mesmo buscou investigar como nossas crianças superam as agressividades, indisciplinas e conflitos no âmbito escolar. O objetivo foi pesquisar como são resolvidas as relações de conflito na sala de aula da Educação Infantil e a relação com a disciplina. Com o intuito de levantar dados para análise, foi realizado um trabalho de observação como também uma pesquisa de natureza quantitativa e qualitativa através de questionário com questões objetivas respondidas pelos professores da Instituição de Educação Infantil de uma rede pública, escolhida para a realização deste trabalho. De acordo com os referenciais teóricos utilizados para subsidiar a pesquisa, a indisciplina está diretamente relacionada com necessidade de aprimorar a metodologia nas aulas, assim como utilizar recursos lúdicos para dinamizar e deixar as atividades mais atrativas. O resultado deste trabalho mostrou que os professores resolvem os problemas de conflitos na sala de aula através de diálogos, roda de conversa, vídeos de incentivo ao bom relacionamento.

Palavras-chave: Disciplina. Limite. Educação Infantil.

ORIENTADORA: Prof.^a Emília Cristina Ferreira de Barros

ABSTRACT

This work addresses the End of Course Discipline and Boundaries in Early Childhood Education . The same investigates how our children outweigh the aggressiveness , indiscipline and conflicts in schools . The goal of the research is how relationships are resolved conflict in the classroom from kindergarten room and the relationship with the discipline. In order to collect data for analysis , a work of observation as well as a survey of quantitative nature / via qualitative questionnaire with objective questions answered by the teachers of the Institution of Child Education a public network , chosen for this work was conducted . According to the theoretical framework used to subsidize research , indiscipline is directly related to the need to improve the methodology in the classroom , as well as using recreational resources to streamline and leave the most attractive activities . The result of this study showed that teachers solve the problems of conflicts in the classroom through dialogues , wheels conversation, videos encourage the good relationship.

Keywords : Discipline . Limit. Early Childhood Education

LISTA DE ABREVIATURA:

P.M.1 – Professor do período da manhã (Maternal)

P.M.2 – Professor do período da manhã (Pré I)

P.M.3 – Professor do período da manhã (Pré II)

P.T.1 – Professor do período da tarde (Maternal)

P.T.2 – Professor do período da tarde (Pré I)

P.T.3 – Professor do período da tarde (Pré II)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 A EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL: BREVE HISTÓRICO.....	11
3 DISCIPLINA: A CRIANÇA PRECISA?	15
3.1 Limites.....	16
3.2 Disciplina na escola nos anos iniciais.....	16
3.3. O papel da família na educação dos filhos.....	18
3.4 A família e escola.....	20
4 METODOLOGIA	22
4.1 Procedimentos da coleta de dados.....	23
5 ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES COLETADAS.....	24
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	30
REFERÊNCIAS.....	31
ANEXOS.....	33

1. INTRODUÇÃO

A indisciplina é hoje uma das múltiplas razões pelos as quais se observa o crescente aumento no relacionamento agressivo das crianças em idade escolar, embora, haja a tentativa de compreender este conjunto de aspectos que correlacionam condutas desfavoráveis no ambiente escolar. Sabe-se que os primeiros anos da vida da criança são de suma importância para o desenvolvimento da sua personalidade, das relações sociais, como também adaptação grupal e psicológica para que no decorrer da sua vida interaja com o outro, sem maiores conflitos interpessoais.

É baseando-se neste problema que este trabalho buscou pesquisar como são resolvidas as relações de conflito na sala de aula da educação infantil e a relação com a disciplina. Para tal, nos propôs observar situações de indisciplina no cotidiano de uma escola de Educação Infantil e como as professoras estabelecem limites para as crianças e como as crianças lidam com os limites estabelecidos.

Os estudos sobre comportamentos agressivos em relacionamentos entre crianças mostram a importância de saber distinguir as manifestações transitórias e as manifestações estáveis pelas quais toda criança passa e que não pode ser confundido com indisciplina ou violência. A pesquisa foi sistematizada em tópicos a saber **A educação infantil no Brasil: breve histórico** onde foi realizado um estudo bibliográfico sobre a história da Educação Infantil no Brasil, mostrando o caráter assistencialista o qual surgiram as primeiras creches e jardins da infância. O texto prossegue abordando **Disciplina: a criança precisa?** Nesse tópico são tratados subtemas ligados a importância da disciplina na Educação Infantil, entre eles: Limites, Disciplina, O papel da família, a escola e a família. No decorrer do texto são apresentadas a visão de diferentes autores e reflexões a respeito do tema.

Existem crianças que ocasionalmente expressam comportamentos agressivos para solucionar conflitos surgidos, já outras desde os primeiros anos na escola mostram saber lidar com as coisas que a irritam que também demonstram raiva, mas de forma transitória.

Desse modo, esse trabalho aborda um pouco da história da Educação Infantil como subsídio teórico para entendermos como surge esse novo segmento de ensino. Aborda também temas como disciplina, limites e família para compreender melhor o objeto em estudo.

A pesquisa é de caráter qualitativo que contou com uma pesquisa de campo em uma instituição de Educação Infantil no município de Piancó - PB. Tem grande relevância para estudos acadêmicos, já, que se trata de um tema atual e polêmico que busca acima de tudo a compreensão de situações e comportamentos que podem interferir no processo ensino-aprendizagem da criança.

2. EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL: BREVE HISTÓRICO

A história da Educação no Brasil teve início na segunda metade do século XIX, com a abolição dos escravos, os centros urbanos foram invadidos, isso ocorreu mesmo na época da Proclamação da República e assim algumas Instituições de amparo a crianças abandonadas por escravos, tomaram iniciativas para cuidar das crianças, diminuindo o índice de mortalidade infantil. Após a Proclamação da República surgiram as creches, asilos com o intuito de cuidar das crianças pobres. Na realidade, cada instituição “[...] apresentava as suas justificativas para a implantação de creches, asilos e jardins de infância onde seus agentes promoveram a constituição de associações assistenciais privadas” (KUHLMANN JR 1998, p. 88).

No final do século XIX, adotando a ideia da Escola Nova da Europa, as creches passaram a funcionar com o Jardim da Infância destinado a crianças pobres. Segundo Oliveira (2005, p.113):

O “jardim de Infância” gerou diversos debates, pois sendo destinados aos mais pobres, não deviam ser mantidos pelo poder Público. Assim foram criados primeiro os jardins de Infância por entidades privadas e, apenas alguns anos depois, estenderam seu entendimento para as crianças menos afortunadas.

No Brasil, com a visão do atendimento a infância, em 1882, Rui Barbosa dá início a um projeto onde dá Proteção e Educação as crianças carentes. Em 1889 surgiram várias escolas infantis, criadas por imigrantes Europeus com o objetivo de cuidar da Educação dos seus filhos. Com a falta da mão de obra masculina nas fábricas, as mulheres passaram a ocupar este lugar, surgindo assim a necessidade de creches para deixarem seus filhos bem cuidados enquanto trabalhavam, havendo assim muito protesto e lutas pelos seus direitos. Paschoal e Machado (2009, p.79) apontam:

O nascimento da indústria moderna alterou profundamente a estrutura social vigente, modificando os hábitos e costumes das famílias. As mães operárias que não tinham com quem deixar seus filhos utilizavam o trabalho das conhecidas mães mercenárias. Essas, ao optarem pelo não trabalho nas fábricas, vendiam seus serviços para abrigarem e cuidarem dos filhos de outras mulheres.

No início eram as empresas quem acolhiam os filhos dos seus empregados em creches e escolas, mas com o tempo isto passou a ser obrigação do Estado.

Para Oliveira (2005, p. 97):

As poucas conquistas ocorridas em algumas regiões operárias não se deram sem conflitos. As reivindicações operárias, dirigidas inicialmente aos donos de indústrias, foram sendo, com o tempo, canalizadas para o Estado e atuaram como

força de pressão pela criação de creches, escolas maternais e parques infantis por parte de órgãos governamentais.

Ainda segundo a autora, no Brasil, a creche surge no final do século XIX, decorrente do processo de industrialização e urbanização do país. Na década de 20 surgiram as primeiras regulamentações do atendimento de crianças pequenas em escolas maternais e jardins de infância. Segundo Sanches (2004, P. 134):

A ideia de creche surge na Europa, no final do século XVIII e início do século XIX, a creche propunha-se guardar crianças de 0 a 3 anos, durante o período de trabalho das famílias, a instituição creche nasce de uma necessidade atrelada ao nascente capitalismo e urbanização.

Na metade do século 20 houve um grande aumento de trabalho feminino no mercado superlotando assim as creches que já não eram mais ocupadas apenas por operárias mais também por mulheres que trabalhavam no comércio e em órgãos Públicos. Durante décadas a escola de educação infantil viveu uma concepção assistencialista, onde as crianças ali passavam o dia todo para que seus pais pudessem trabalhar, sendo vista como um lugar destinado prioritariamente a dedicar cuidados que incluíam boa alimentação, segurança física e cuidados com higiene e saúde, essa tarefa era desempenhada pelos monitores enquanto que os professores ficavam responsáveis pela parte do educar, direcionando através de atividades o aprendizado da criança. Didonet (2001, p. 13) argumenta a visão assistencialista da educação infantil:

Enquanto para as famílias mais abastadas pagavam uma babá, as pobres se viam na contingência de deixar os filhos sozinhos ou colocá-los numa instituição que deles cuidasse. Para os filhos das mulheres trabalhadoras, a creche tinha que ser de tempo integral; para os filhos de operárias de baixa renda, tinha que ser gratuita ou cobrar muito pouco; ou para cuidar da criança enquanto a mãe estava trabalhando fora de casa, tinha que zelar pela saúde, ensinar hábitos de higiene e alimentar a criança. A educação permanecia assunto de família. Essa origem determinou a associação creche, criança pobre e o caráter assistencial da creche.

No Brasil as iniciativas de construção de creches, orfanatos e pré-escolas estavam diretamente ligadas com a ideia de assistencialismo e durante décadas as crianças menores de seis anos não tiveram seus direitos garantidos em lei. Efetivamente com a Constituição Nacional Brasileira de 1988 é que as crianças passaram a ter alguns direitos desde o nascimento, entretanto essa conquista foi fruto da união de diversos segmentos da sociedade entre eles: comunidade acadêmica, população civil, organizações não governamentais e pesquisadores da área da infância.

Diante da pressão da sociedade a Constituição passou a garantir a oferta de creches e pré-escolas, não mais com um caráter assistencialista, mas sim educacional. A Constituição Federal (BRASIL, 1988) em seu artigo 208 no inciso IV aponta “O dever do Estado para com a educação será efetivado mediante a garantia de oferta de creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade”

Essa lei foi fundamental para o progresso da educação infantil, pois a partir dela as creches que antes eram totalmente vinculadas à área de assistência social, passaram a ser de responsabilidade da educação, deixando claro que essas instituições não apenas são responsáveis pelo cuidado com a criança, mas também com seu desenvolvimento educacional.

A inserção de direitos para a criança menor de seis anos de idade na Constituição Federal Brasileira de 1988 foi o marco inicial para que posteriormente outras leis surgissem em apoio à proteção e cuidado da criança, entre elas o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei 8.069/90) que foi criado no ano de 1990.

De acordo com Ferreira (2000, p. 184), essa lei tem uma forte importância que ultrapassa o caráter jurídico, tendo em vista que:

Inseriu as crianças e adolescentes no mundo dos direitos humanos. O ECA estabeleceu um sistema de elaboração e fiscalização de políticas públicas voltadas para a infância, tentando com isso impedir desmandos, desvios de verbas e violações dos direitos das crianças. Serviu ainda como base para a construção de uma nova forma de olhar a criança: uma criança com direito de ser criança. Direito ao afeto, direito de brincar, direito de querer, direito de não querer, direito de conhecer, direito de sonhar. Isso quer dizer que são atores do próprio desenvolvimento.

Oliveira (2005, p. 39) afirma que neste período em 1961, foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LEI 4.024/61 que inclui os Jardins de Infância no sistema de ensino.

Desta forma, a Educação Infantil no Brasil passa a ser reconhecida por lei e vista como direito da população e obrigação dos governantes. Com o passar dos anos e o surgimento da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.393/96 Oliveira (2005, p. 48) discorre:

A Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional, Lei nº 9394 de 20 de Dezembro de 1996, (LDB) coloca a criança como sujeito de direitos em vez de tratá-las, como ocorria nas leis anteriores a esta, como objeto de tutela. A mesma lei, proclama pela primeira vez na história das legislações brasileiras a Educação Infantil como direito das crianças de 0 – 6 anos e dever do Estado.

Mas essas crianças não são obrigadas a estarem na escola, antes dos 6 anos, as creches são para todas as famílias que precisarem da ajuda do governo para educar e cuidar do seu filho, sendo-lhe assegurada por lei o direito a uma vaga.

As creches foram fundadas com o objetivo de ajudarem as mães que precisavam trabalhar e seus filhos precisavam de cuidados, então com os filhos bem cuidados elas podiam trabalhar para ajudar nas despesas de casa.

Como afirmam Campos, Rosemberg e Ferreira (1995, p.76):

A subordinação do atendimento em creches e pré-escolas à área da Educação representa, pelo menos no nível do texto constitucional, um grande passo na direção da superação do caráter assistencialista predominante nos anos anteriores a Constituição. No caso específico das creches, tradicionalmente vinculadas às áreas de assistência social, essa mudança é bastante significativa e supõe uma integração entre creches e pré-escolas.

A Educação Infantil é conceituada como a primeira etapa da Educação Básica e tem como finalidade ensinar as crianças nos seus primeiros anos de vida escolar. É muito importante conhecer o papel da pedagogia dentro da Educação Infantil, e sua função pedagógica, é cuidar da criança e zelar pelo seu bem estar, contemplando assim, à alimentação e o lúdico.

O trabalho que a pedagogia busca na realidade é oferecer a criança um ambiente seguro com uma aprendizagem livre de críticas destrutivas, alimentado pela socialização, o pedagogo preocupa-se com a organização e também com as atividades desenvolvidas para seus alunos, seu principal objetivo é Cuidar, Educar e também contribuir com o desenvolvimento da criança de 0 a 5 anos.

Conforme o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL, 1998, p.32):

Cabe ao professor individualizar as situações de aprendizagem oferecidas às crianças, considerando suas capacidades afetivas, emocionais, sociais, cognitivas assim como os conhecimentos que possuem dos mais diferentes assuntos e suas origens socioculturais diversas. Isso significa que o professor deve planejar e oferecer uma gama variada de experiências que responda, simultaneamente, às demandas do grupo e as individualidades de cada criança.

Apesar de todas as leis que a Educação Infantil tem conquistado em função dos cuidados, só depois de um século de história é que a Educação Infantil teve seu reconhecimento. Segundo Faria (1999), somente na década de 90 foi reconhecido como direito da criança, das famílias, como dever do Estado e como primeira etapa da Educação Básica.

3. DISCIPLINA: A CRIANÇA PRECISA?

A disciplina se tornou no decorrer dos séculos XVII e XVIII fórmulas gerais de dominação e junto com ela nasce a arte o corpo humano “que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil” (FOUCAULT, 2010, p. 133).

Em contra partida diz-se da indisciplina “ao procedimento, ato ou dito contrário à disciplina; desobediência, desordem, rebelião”. Sendo assim, indisciplinado é aquele que se insurge contra a disciplina (FERREIRO, 2009, p.67).

No ambiente escolar a disciplina se faz necessária para possibilitar o convívio social entre alunos e entre alunos e professores, bem como para que o aproveitamento das lições empregadas em sala de aula e no ambiente extraclasse tenha excelência. Disciplina é um conjunto de regras que devem ser obedecidas para o êxito do aprendizado escolar. “Portanto, ela é uma qualidade de relacionamento humano entre o corpo docente e os alunos em uma sala de aula e, conseqüentemente, na sociedade”. (FERREIRO 2009, p 78).

A disciplina, entendida por diversos modos, varia de acordo com o ambiente em que o indivíduo se encontra, e as necessidades deste mesmo ambiente, assim na escola a disciplina compreende a capacidade do aluno de adequar-se as normas propostas pela instituição e professores.

Desse modo, essas regras são de maneira geral igual para todos os alunos promovendo a igualdade de direitos e deveres entre eles, no entanto essa igualdade promove a desigualdade uma vez que não respeita as diferenças entre os alunos como indivíduos “compreender essa situação implica em aceitar a escola como um lugar que se expressa numa extrema tensão entre forças opostas” (GUIMARÃES, 1996, p.80).

3.1 Limites

Ao ingressar na educação infantil a criança se depara com um ambiente completamente diferente do qual está habituada, a família. Desse modo o ambiente educacional possui sua própria organização, e a criança a partir daí irá se adaptar com esse novo ambiente que irá exigir dela novos comportamentos e relações diferenciadas que serão tecidas entre criança-criança, criança-adulto e criança-funcionários.

A própria instituição precisa estar preparada para acolher as crianças e estabelecer relações que facilitem seu desenvolvimento no novo ambiente. De acordo com especialistas, Os pais deveriam dizer não mais vezes às crianças, esta palavra é muito importante para a educação de uma criança.

Quando a criança está na fase pré-escolar, limite não significa dizer que estamos falando das condições físicas da criança e como é sua atuação no grupo. O significado vai mais além, se estendendo até suas condições emocionais. Quando a criança por se só adquire o reconhecimento dos seus limites é muito importante que os pais ofereça situações onde a própria criança adote sua maneira de ser, ou seja seu próprio limite.

O limite pode ser trabalhado através do lúdico, os jogos fazem com que as crianças respeitem as regras, trabalhem seus medos e frustrações, abrindo caminho para sentirem-se mais seguras.

Estudos realizados por De La Taille (1998) sugerem a existência de três conceitos de limites: o limite a ser imposto, o limite a ser transposto e o limite a ser respeitado. O limite a ser imposto, é "[...] um tipo bem específico de limite que a criança precisa construir e aprender a defender. Aquele que preserva sua intimidade, aquele que garante a privacidade de cada um" (DE LA TAILLE, 1998, p. 12). O limite a ser respeitado, ao contrário do anterior, transmite a necessidade de respeitar as barreiras e não transpô-las.

Muitos pais não impõem limites nos seus filhos e acabam falhando na sua educação tornando seu filho em uma criança egoísta e dono da razão, o mesmo não conhece limites para ele tudo pode desde que ele queira, pois desconhece ou não aceita a palavra não, muitas vezes o pai diz não mais acaba cedendo a chantagem do filho que já conhece o ponto fraco do pai, e é exatamente esta atitude do pai que tira totalmente sua autoridade, pois quando se diz não é não, não se pode voltar atrás. Tiba (1996) adverte quanto ao comodismo de dizer sim com relação ao trabalho de explicar o não, o que normalmente gera na criança a sensação de liberdade para fazer tudo o que quer e está, acaba estendendo essa sensação para fora das paredes familiares, chegando ao convívio social e escolar.

3.2 Disciplina na escola nos iniciais

Entende-se por indisciplina o comportamento que gera desordem na estrutura de regras do ambiente escolar, atualmente quando se fala em disciplina, pensa-se num conjunto de regras com a finalidade de estabelecer a ordem, assim como as sanções associadas à violação das mesmas. Esta violação conduz à desordem, que define o conceito de

indisciplina (ESTRELA, 1992).

A indisciplina pode ter origens diversas quando estão associadas a quebra das regras preestabelecidas ou quando se trata do comportamento do indivíduo em relação ao meio. Como explica Estrela (1992, p.139):

Apoiar as crianças em casa pode exigir que a escola faça uma formação de pais, sobretudo dos mais carenciados, sensibilizando-os sobre as formas de aproveitamento da vida quotidiana da família para o desenvolvimento cognitivo e sócio afetivo dos filhos (por exemplo, atribuindo pequenas responsabilidades, estabelecendo uma disciplina quanto a horários de deitar, de brincar, de fazer os trabalhos de casa, estimulando o auto- conceito positivo, resolvendo os conflitos de forma não violenta e elucidando-os sobre o modo de acompanharem a vida escolar dos filhos e sobre o funcionamento e as regras da escola.

Na escola a indisciplina aumenta cada vez mais e muitas vezes é preciso recursos que possa diminuir a violência no seu meio, como também precisa esclarecer os problemas existentes aos pais, para saberem como seus filhos estão se comportando afim que a família possa ajudar na educação do seu filho, muito embora isto não ajude muito, pois a maioria das crianças indisciplinadas são justamente aqueles cujos pais não acompanham na sua vida escolar, deixando a escola ser a única responsável pela educação do seu filho.

Embora saibamos que a função da escola não é transmitir sozinha toda a educação que uma criança necessita a escola apenas complementa o aprendizado que já trazem de casa, ensinado os conhecimentos no exercício do seu papel pedagógico. Vasconcellos (2000, p.21-22) afirma:

Atualmente o grande foco da crítica e da atribuição de responsabilidades pelos problemas de indisciplina na escola está sendo o aluno e, em particular, sua família. De fato, percebemos muitas famílias desestruturadas, desorientadas com hierarquias de valores invertidas com relação à escola, etc. Tudo isto é verdade. Objetivamente, a família não está cumprindo sua tarefa de fazer civilizatória: estabelecer limites, desenvolver hábitos básicos. Neste sentido os educadores têm razão em levantar esta falha. No entanto, esta é a manifestação: imediata; isto é o que não se tem feito é ir além desta construção.

A escola possui um conjunto de regras ligado às atitudes dos indivíduos e a um sistema de hierarquia de poder que tem por objetivo descrever os responsáveis por cobrar que as regras sejam cumpridas. A fim de assegurar à igualdade, ou seja: assegurar que entre os alunos nenhum apresenta diferença de qualidade ou valor, essas regras são propostas de forma igualitária, como já foi dito, no entanto essa igualdade tem o caráter ambíguo de promover a desigualdade no ponto em que desrespeita as individualidades. Os indivíduos têm por obrigação cumprir as regras tornando a escola um ambiente que não tolera as diferenças.

Entretanto a indisciplina pode ter origem fora da escola no ambiente familiar e esteja apenas refletida no comportamento da criança. Desse ponto de vista Rego (1996, p. 87) afirma:

[...] a disciplina é concebida como uma qualidade, uma virtude (do indivíduo ou de um grupo de alunos) e, principalmente, como um objetivo a ser alcançado pela escola. Como decorrência, a disciplina, ao invés de ser compreendida como um pré-requisito para o aproveitamento escolar, é encarada como resultado (ainda que não exclusivo) da prática educativa realizada pela escola

A dificuldade de aceitação das regras e das atividades propostas pelos professores, indiferente da qualidade da atividade proposta, pois tem mais a ver com os sentimentos do indivíduo do que com o conjunto de normas impostos, nesses casos a tarefa de obter a disciplina deve envolver a participação da família. Assim fala Mielnik (1982, p. 60):

Crianças excessivamente inquietas, agitadas, com tendências à agressividade, se destacam no grupo pela dificuldade de aceitar e cumprir as normas, às vezes, não conseguindo produzir o esperado para sua idade. Estas crianças representam um desafio para suas famílias e escola, cabendo a estes estabelecer os métodos de orientação mais condizentes a cada situação e estabelecer os níveis de regimes necessários para obtenção da disciplina.

3.3. O papel da família na educação dos filhos

A família é a principal responsável na construção do desenvolvimento do caráter da criança, sua influência é fundamental para a formação futura da vida adulta. Uma vez que esta é o primeiro veículo de interação social do indivíduo, Battaglia apud NOBRE (1987 p.118-119) conceitua a família dizendo que a família pode também ser considerada como:

[...] um sistema aberto em permanente interação com seu meio ambiente interno e/ou externo, organizado de maneira estável, não rígida, em função de suas necessidades básicas e de um modus peculiar e compartilhado de ler e ordenar a realidade, construindo uma história e tecendo um conjunto de códigos (normas de convivências, regras ou acordos relacionais, crenças ou mitos familiares) que lhe dão singularidade.

Tudo que a família ensinar para criança na sua fase de desenvolvimento infantil ela aprende, por isso é que a família tem que ter muito cuidado com o meio social que está inserida esta criança crescerá vivenciando as experiências dos pais, se ela vê os pais bebendo, fumando, se drogando, brigando, conseqüentemente, irá copiar os atos, tendo toda uma probabilidade de ser no futuro um adulto problema, mas se for uma família com valores éticos e morais, passará para seus filhos valores que serão lembrados na sua vida adulta. Afinal é na infância que se processa o aprendizado mais importante que servirá para vida inteira. Oliveira

(1999, p.77) coloca:

Quando um indivíduo adota, por exemplo, os mesmos valores organizacionais e comunga o conhecimento transmitido pela organização, ele é recompensado de diversas maneiras: o elogio afetuoso, a recompensa valiosa ou o alívio de ter escapado ao castigo.

A família encontra-se responsável pelas primeiras noções de educação da criança, cabe aos pais transmitir valores e dar exemplos de comportamento. A escola está encarregada de ensinar conceitos e conteúdos científicos e da socialização do indivíduo não podendo tomar para si a responsabilidade e as obrigações da família. Tiba (1996, p. 111) argumenta:

Teoricamente, a família teria a responsabilidade pela formação do indivíduo, e a escola, por sua informação. A escola nunca deveria tomar o lugar dos pais na educação, pois os filhos são para sempre filhos e os alunos ficam apenas algum tempo vinculados às instituições de ensino que frequentam.

Ainda de acordo com Tiba (1996) a educação com vistas à formação do caráter, da autoestima e da personalidade da criança ainda é, na maior parte, responsabilidade dos pais educar, disciplinar ou por limites, são tarefas árduas, porém que pode ser ao mesmo tempo fácil, desde que haja com responsabilidade, pois se uma criança aprende com os pais ou o adulto responsável por ela.

Cabe aos pais passar para criança apenas bons hábitos, o resto fica por conta da criança, já que se uma criança vê os pais se abraçarem todos os dias ela também vai aprender a abraçar, se os pais não têm hábitos de chamar palavrões à criança não vai chamar palavrões mesmo que escute na rua, se ela imita os pais em tudo, não tem como aprender nada errado se os mesmos não o praticarem, quando se coloca essa tarefa como difícil é por que além de mostrar bons exemplos ainda tem que corrigir o que aprendem de errado na rua, sabendo que pra isto eles tem que estarem sempre fiscalizando, o que os torna difícil porque na maioria dos casos o casal passa mais tempo envolvidos no seu trabalho em busca de subsídio para o sustento da família, deixando os filhos entregue totalmente nas mãos de estranhos ou até mesmo trancados em casa, então como uma mãe que deixa seus filhos ou soltos na rua ou trancado em casa impossibilitando os pais de cobrar desta criança algum limite. Aquino (2002, p. 22):

A função principal dos pais ou de seus substitutos diz respeito ao trabalho de moralização da criança, de suas atitudes e hábitos, ou seja, ao cultivo de determinadas virtudes pessoais. E cabe ao professor, o trabalho com o conhecimento sistematizado em seus diferentes campos, à ordenação do pensamento do aluno, por meio da reapropriação do legado cultural, cujo objetivo seria sua recriação.

3.4 A família e escola

Tanto a família como a escola exercem papéis diferentes ambos complementares, onde uma não substitui a outra e juntas conseguem transformar a criança em um indivíduo social, dando-lhes diversas ferramentas para entender o mundo. Segundo Tiba (2005, p. 181-182):

A escola oferece condições de educação muito diferentes das existentes na família. A criança passa a pertencer a coletividade, que é a sua turma, sua classe, sua escola. É um crescimento em relação ao “eu” de casa, pois ali ela praticamente é o centro. Porque ser tanto luz quanto mariposa, general e soldado, pai e filho possibilita grandes aprendizados às crianças.

Segundo a LDB de 1996, a educação passou a ser um direito da criança assegurado legalmente. Até os seis anos de idade, a frequência às creches e pré-escolas é uma opção dos pais, cabendo ao Estado o dever de oferecer vagas nestes espaços.

No ensino fundamental, por volta dos sete anos de idade, a educação torna-se obrigatória. O Estado não pode deixar de atender à demanda por vagas de toda a população infantil que nele ingressa e nem os pais devem deixar os filhos sem frequentar a escola, estando sujeitos a penalidade legal. Muitas vezes as leis são atropeladas e nem sempre acontece como deveria ser, pois, muitos pais são negligentes com seus filhos, não obedecem a lei, passa para a escola ou para o poder público a obrigação de educar seus filhos.

Na escola o relacionamento torna-se difícil, os gestores reclamam que os pais não participam da vida escolar dos filhos, de contra partida alguns reclamam da escola alegando que a mesma é a única responsável pela aprendizagem dos seus filhos. Entretanto quando a escola convida para participarem de algum evento, são poucos os que participam. Existem aqueles pais que são participativos, e que conhecem suas responsabilidades, como também, aqueles que nem conhecem as leis, existem ainda os que aparecem de vez em quando, não para saberem dos filhos e sim para reclamar da escola.

Segundo Piaget (1972, p.50):

Uma ligação estreita e continuada entre professores e os pais leva, pois muita coisa mais que a uma informação mútua: este intercâmbio acaba resultando em ajuda recíproca e, frequentemente, em aperfeiçoamento real dos métodos. Ao aproximar a escola da vida ou das preocupações profissionais dos pais, e ao proporcionar, reciprocamente, aos pais um interesse pelas coisas da escola, chega-se até mesmo a uma divisão de responsabilidades [...].

Neste caso cabe à escola reunir os pais para mostrar o papel de cada um nesta pirâmide que engloba família- escola- professor -aluno: A escola/professor ensinar. A família

acompanhar os progressos da criança no seu aprendizado como também ajudar nas tarefas diárias da escola, participar das reuniões contribuindo com sugestões. O aluno participar das aulas, fazer suas tarefas escolares.

A escola deve sempre resolver os problemas de comportamento das crianças junto com os pais, as mesmas exigem cuidados redobrados. Nunca deixar que este tipo de problema interfira na sala de aula prejudicando no desempenho dos mesmos, sempre que o professor perceber que está acontecendo algum problema pessoal com qualquer um dos seus alunos, é dever da escola chamar os familiares para ouvi-los e juntos buscar soluções.

"Um bom começo é ter um diálogo baseado no respeito e na crença de que é possível resolver a questão", acredita Gallo (2012, p. 35). A família é de extrema importância, pois, ela continua sendo uma instituição fundamental para o desenvolvimento do ser humano, sendo a primeira que vai referendar a proteção e a socialização do indivíduo, se constituindo como a primeira possibilidade de aprendizagens afetivas e de relações sociais.

A família assume o papel de primeira escola, deve ensinar os subsídios morais e éticos, e a escola deve dar continuidade, acerca da verdade de todas as coisas e de si mesmo; formando assim o caráter do indivíduo que vai compor e viver em sociedade. E de acordo com Freire (1998, p. 21): “os limites são, sem dúvida, fundamentais na formação moral da criança: sem eles a liberdade vira licença e a autoridade, autoritarismo”. A parceria entre escola e família já vem sendo apontado pelos dispositivos legais, assegurados inclusive pela Constituição Federal de 1988 e pelo Estatuto da Criança e Adolescente.

O Artigo 227 da Constituição Federal (BRASIL 1988) diz que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, é uma mudança pontual na legislação. Através dele foi dado um novo enfoque à proteção integral, uma concepção sustentadora da Convenção Internacional dos Direitos da Criança, aprovada pela Assembleia Geral da ONU, em 20 de novembro de 1989.

A partir da Constituição de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente as crianças brasileiras, sem distinção de raça, classe social, ou qualquer forma de discriminação, passaram de “objetos” a sujeitos de direito, em condição de pessoas em desenvolvimento, e a quem se deve assegurar prioridade absoluta na formulação de políticas

públicas e destinação de recursos nas dotações orçamentárias das diversas instâncias político-administrativas do País. Segundo Moraes (2004, p. 85).

A atual Constituição Federal, no artigo 227, estabeleceu como dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, dentre outros direitos, a educação. Para facilitar a compreensão da referida norma e torná-la executável, o Estatuto da Criança e do Adolescente tratou, em capítulo específico, do direito à educação estabelecendo seus objetivos, os direitos dos educandos, as obrigações do Estado, dos pais e dos dirigentes dos estabelecimentos de ensino fundamental.

As leis que dizem respeito a educação, já citadas estabelecem um elo entre família escola e sociedade, colocando a educação como responsabilidade conjunta de cada um dos participantes deste elo, não podendo no entanto transferir as responsabilidades de qualquer um para o outro. Desta forma cada um exerce seu papel e o bom funcionamento de cada parte do conjunto em tese leva a perfeição da aprendizagem.

4 METODOLOGIA

O estudo de campo aqui foi desenvolvido com o intuito de observar o comportamento da criança desde o ensino Infantil, creche e pré-escola, podendo assim analisar as diversas situações de mudanças de comportamentos apresentados pelas crianças.

A pesquisa é do tipo exploratória e também bibliográfica. A pesquisa exploratória foi realizada em campo com 6 professores, três do período da manhã e três do período da tarde com experiência profissional entre seis e dezoito anos. As mesmas permitiram conhecer a realidade do ambiente escolar nas salas de educação infantil.

Segundo Gil (2007, p.53) afirma:

Tipicamente, o estudo de campo focaliza uma comunidade, que não é necessariamente geográfico, já que pode ser uma comunidade de trabalho, de estudo, de lazer ou voltada para qualquer outra atividade humana. No estudo de campo o pesquisador realiza a maior parte do trabalho pessoalmente, pois é enfatizado a importância direta com situação de estudo.

O estudo feito em campo oportuniza o pesquisador fazer um trabalho que une a teoria e a prática favorecendo ao mesmo vivenciar a prática educativa.

O local da pesquisa foi a creche Cenícia Maria localizada no município de Piancó – PB, com crianças de 2/5 anos nas séries do maternal, pré I e II.

O estudo foi realizado com as crianças que fazem parte da instituição escolar já citada,

e os professores da mesma escola. Após a observação foi aplicado um questionário com os professores para coletar informações básicas podendo assim melhor entender os problemas que dificultam a disciplina escolar no ambiente de ensino.

A pesquisa bibliográfica foi realizada através de: estudos de livros, artigos, revistas e site da internet, suas teorias foram usadas como suporte principal para a realização desta pesquisa.

A escolha da temática em estudo partiu do entendimento de que a criança começa desde muito cedo a apresentar reações no comportamento referente às suas emoções. Segundo Piaget (1972, p. 78): “é importante que a criança nesta fase aprenda a lidar com as suas emoções e de saber que sentimentos são adequados, requerendo prática através dos pais e educadores”.

Nesta fase a criança tende a obedecer, apesar de apresentar algumas birras, esta é uma das razões para a escolha deste tema utilizando-se das teorias de alguns estudiosos para entender, o porquê dá falta de disciplina e limite a partir dos 4 anos na maioria das crianças, visto que entre dois e três anos elas são crianças que estão despertando as emoções e sentimentos. Para Alves (2000, p. 104):

O nascimento do pensamento é igual ao nascimento de uma criança: tudo começa com um ato de amor. Uma semente há de ser depositada no ventre vazio. E a semente do pensamento é o sonho. Por isso os educadores, antes de serem especialistas em ferramentas do saber, deveriam ser especialistas em amor: intérpretes de sonhos.

4.1 Procedimentos da coleta de dados

A pesquisadora observou os procedimentos diários na creche durante um mês, sendo que uma semana era pela manhã e outra pela tarde, desta forma, foi possível observar os trabalhos dos professores dos dois turnos.

As professoras do período da manhã são mais dinâmicas, e trata-as com carinho, trabalham mais a ludicidade e procuram interagir mais com a turma, promovem passeios com as crianças tentando ensinar como se comportar no meio social. Piaget, (1972, p. 129) afirma:

É indiscutível que o afeto tem um papel essencial no funcionamento da inteligência. Sem o afeto não haveria nem interesses, nem necessidades, nem motivação; em consequência, as interrogações ou problemas não poderiam ser formulados e não haveria inteligência. O afeto é uma condição necessária para a constituição da inteligência. No entanto, em minha opinião, não é uma condição suficiente.

Já as professoras da tarde acomodam-se a uma rotina, quando chegam, as crianças estão

dormindo, quando acordam é hora da merenda, depois da merenda elas aplicam uma tarefa e já é hora do banho para jantar e esperar o ônibus para irem embora, durante o período entre o jantar e a espera do ônibus estas crianças dão bastante trabalho e nem parecem serem as mesmas do turno da manhã.

Após este período de observação foi feito um questionário com perguntas objetivas para coletar dados a respeito do posicionamento dos professores em relação ao tema abordado. O questionário foi entregue para os professores responderem e entregar posteriormente. O mesmo encontra-se na íntegra nos anexos.

5 ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES COLETADAS

Existem diversos fatores que geram a indisciplina. Mesmo na Educação Infantil, onde as crianças estão em processo de formação inicial, percebe-se que o fato das crianças não saberem lidar com os conflitos e sentimentos em relação ao seu ambiente e as demais crianças, gera comportamento que comumente são diagnosticados como indisciplina.

A pergunta a seguir, busca identificar o tempo de atuação profissional dos sujeitos da pesquisa na Educação Infantil.

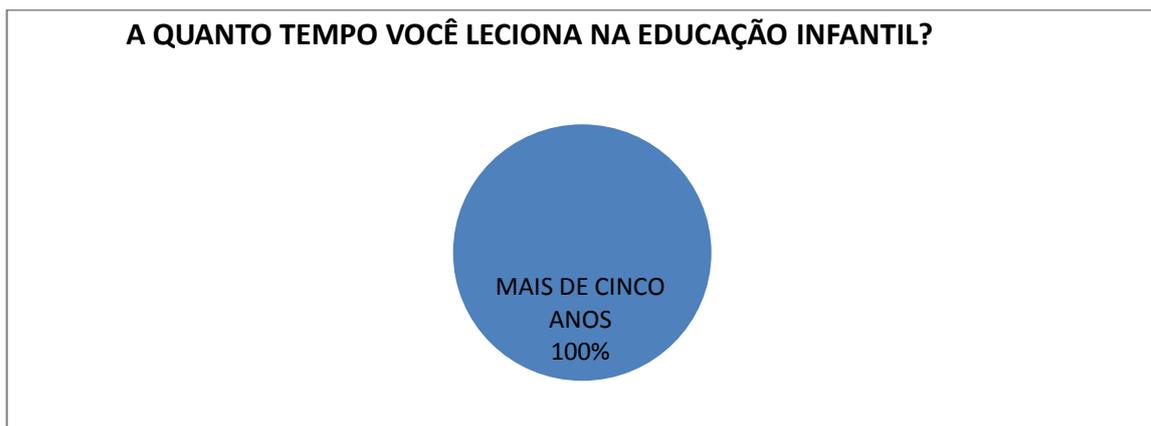


Figura 1: “a quanto tempo você leciona na educação infantil”? - Fonte: Pesquisa de Campo

Embora a maioria das professoras tenha bastante tempo na área, das seis professoras entrevistadas, duas já trabalham há dezoito anos e quatro a seis anos, ou seja, todas já tem mais de 5 anos de experiência na Educação Infantil, ainda encontramos alguns que tem dificuldade de lidar com o tema.



Figura2: “as crianças tem acompanhamento dos pais aqui na creche”? - Fonte: Pesquisa de Campo

Segundo os dados da pesquisa todas às professoras afirmaram que as crianças não têm acompanhamentos dos pais. Esse dado é relevante, pois a parceria entre escola família facilitaria o diálogo pra se entrar em um consenso para que ambos saibam lidar com a indisciplina da criança, de modo que se estabeleça limites de acordo com a faixa etária.

No parágrafo único do capítulo IV do estatuto da criança e do adolescente (BRASIL, 1990), diz que “é direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.



Figura 3: “com relação a interação entre colegas na sala, como seus alunos se comportam”? - Fonte: Pesquisa de Campo

Na terceira questão as professoras afirmam que as crianças se comportam bem e que interagem com a turma, no entanto a P.T1 diz: “A interação entre eles são boas, mas sempre tem um que dá mais trabalho”. Percebe-se, na fala da professora, que os conflitos comuns em uma sala com crianças não interferem na interação entre elas. Esse fato reafirma que mesmo as crianças se desentendendo de vez em quando isso não altera a relação do grupo.



Figura 4: “você sente dificuldade em estabelecer limites e regras de convivência na sala com seus alunos”? -
Fonte: Pesquisa de Campo.

As professoras do período da manhã dizem não sentir dificuldade em estabelecer limites, pois trabalham com o diálogo mostrando a realidade da vida, seus direitos e deveres. “O diálogo é a forma mais eficaz para lidar com a indisciplina do aluno” (P.M.3). Já, as professoras do turno da tarde sentem dificuldades em estabelecer regras e limites “devido aos conflitos familiares e sociais já estabelecidos na vida da criança” (P.T.3). Nessa fala, carregada de sentidos, percebemos que elas transferem o problema para a família e sociedade, isentando a escola de qualquer responsabilidade.

Esta diferença de comportamento das crianças pode estar associada à metodologia aplicada pelos professores, uma vez que as professoras da manhã trabalham mais com a ludicidade e desenvolvem uma relação afetiva com os alunos. Portanto para Parrat–Dayan (2009, p. 2):

[...] problema de indisciplina pode ser provocado por problemas psicológicos ou familiares, ou da construção escolar, ou das circunstâncias sócio – históricas, ou então, que a indisciplina é causada pelo professor, pela sua responsabilidade, pelo seu método pedagógico, etc.

É preciso observar a realidade sociocultural das crianças na hora de escolher a metodologia a serem trabalhadas, porém o professor tem que ter muito cuidado para não deixar nenhuma criança se sentir excluída. Quando um professor trabalha utilizando uma metodologia que se adéqua ao ambiente escolar no qual está inserido, a resposta por parte dos alunos pode ser positiva, diminuindo a chance de apresentarem indisciplina.

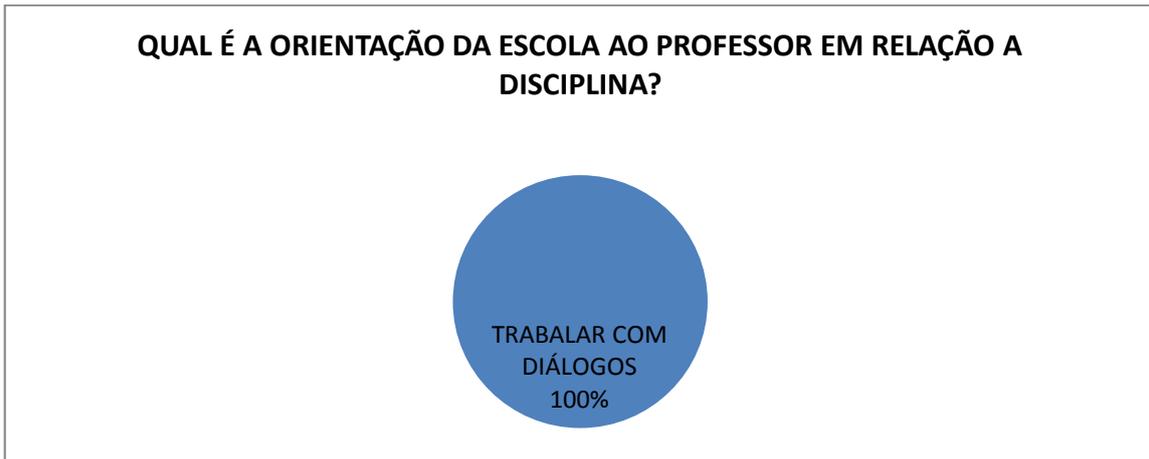


Figura 5: “qual é a orientação da escola ao professor em relação a disciplina” - Fonte: Pesquisa de Campo.

Segundo as educadoras a escola orienta a promoção do diálogo e a conscientização para o respeito ao próximo. Uma das educadoras respondeu: “trabalhar com muito diálogo conscientizando as crianças que elas devem respeitar para serem respeitadas e ensinar como devem se comportar dentro e fora da escola.” (P.T3) É bastante interessante ressaltar que a escola não orienta por de castigo ou colocar para pensar.



Figura 6: “o que você tem feito para estabelecer as regras de convivência em sala de aula?” - Fonte: Pesquisa de Campo

As questões seis e sete visam observar as regras e limites, estabelecidas pelos professores. Todas as professoras afirmam que o diálogo é a forma mais eficaz para lidar com a indisciplina do aluno, conscientizando através da roda de conversa que é preciso respeitar os coleguinhas. (P.T.2) diz: “estabeleço regras desde o primeiro dia de aula e fico sempre lembrando através do diálogo”.

As regras são necessárias para que haja um bom funcionamento na instituição escolar, elas geram limites, e os limites por sua vez geram disciplina, logo na ausência das mesmas,

torna-se inviável manter a ordem. Tiba (2005, p. 90) diz que “disciplina e regras devem ser obedecidas para o êxito do aprendizado escolar”.

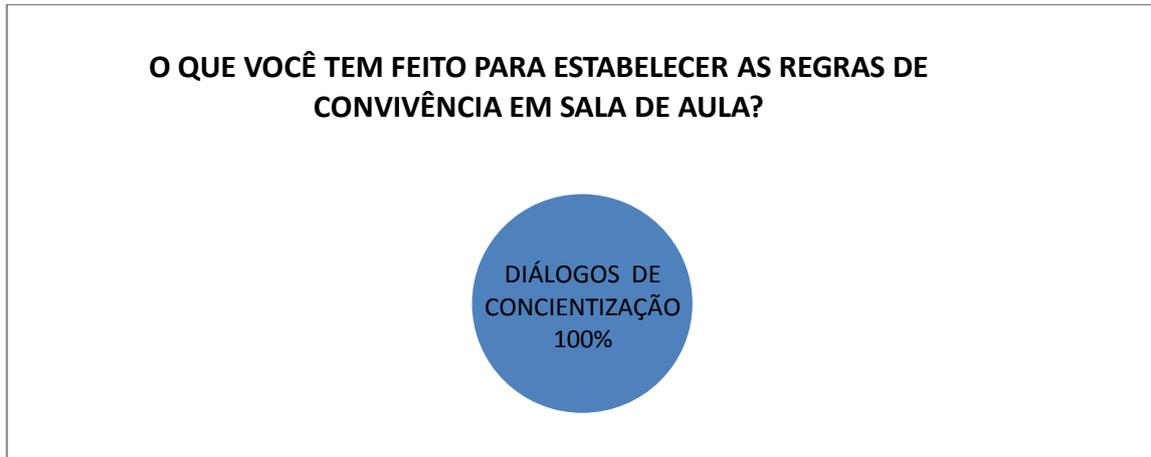


Figura 7: “ao quebrar uma regra ou desrespeitar um limite acordado entre o grupo, qual seu procedimento com a criança”? – Fonte: Pesquisa de Campo

Na questão oito todas concordam que uma boa conversa pode resolver o problema. “Conversar e mostrar a ele, que está errado e que ele deve seguir as regras que a escola estabelece”. (P.T.1). A professora diz que (P.M1) “conversar e mostrar que através deste ato podemos magoar nossos colegas, afastar as pessoas que gostam de nós”. Foi consenso entre as professoras que o diálogo, e não o castigo é a melhor forma de resolver os problemas entre as crianças.

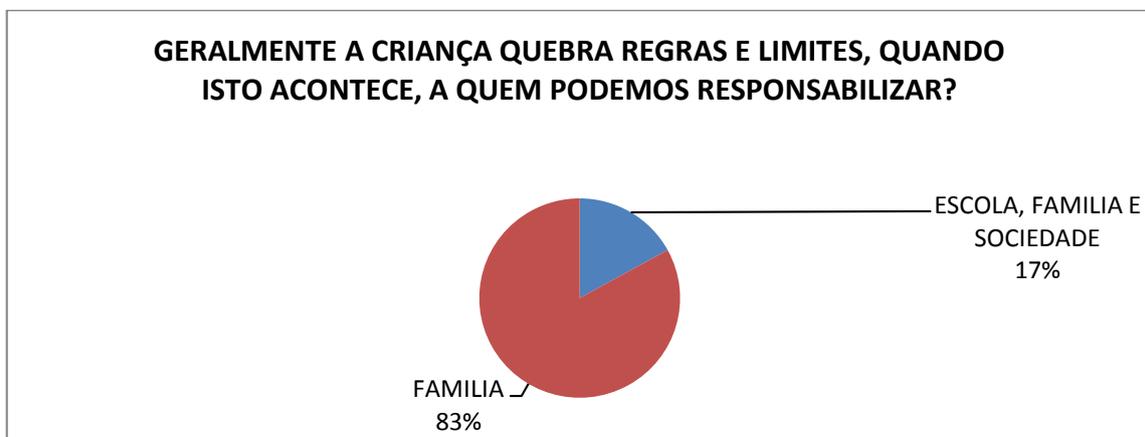


Figura 8: “geralmente a criança quebra regras e limites, quando isto acontece. A quem podemos responsabilizar?” - Fonte: Pesquisa de Campo.

Na questão nove a maioria dos professores concorda que a responsabilidade pode ser atribuída a família. “Geralmente tem-se responsabilizado a família, pois devido a tantas

mudanças nos padrões de vida em sociedade, nossas crianças já não querem obedecer aos pais e conseqüentemente a escola não consegue resolver os problemas de comportamento dos alunos”. (P.M1). Apenas (P.T2) discorda, a mesma diz: “E muito difícil apontar quem é o culpado, acredito que seja responsabilidade de todos, pais, escola e sociedade”.

Concordamos com a resposta da professora (PT2). Pois, Tiba (2005, p.183) afirma que: “Se a parceria entre família e escola for formada desde os primeiros passos da criança, todos terão muito a lucrar. A criança, que estiver bem vai melhorar e aquela que tiver problemas receberá a ajuda tanto da escola quanto dos pais para superá-los”.

Se todos se preocupassem em fazer sua parte, não existiria problema, neste caso sabemos que a lei de proteção a criança assegura que ela deve: ter um lar, um adulto para ser responsável por ele, casa, comida, lazer e educação e que estas tarefas são divididas com a sociedade. A educação é dever tanto da família como do educador e da escola e se um dos três faltar com a sua contribuição o resultado é, provavelmente, a indisciplina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora o tema, limites e disciplina, não sejam muito debatidos na Educação Infantil, é uma temática que os professores precisam discutir, uma vez que, é nesta fase da vida escolar que as crianças constroem os alicerces do saber e do convívio social.

Neste período a preocupação da escola e dos professores está voltada para as atividades de socialização, considerando que através de atividades lúdicas a criança se comunica e socializa. É por meio delas que os professores devem trabalhar para mostrar as diferentes culturas que existem, fazendo as crianças entenderem como é importante aprender sobre as diferenças existentes entre as pessoas e a necessidade de respeitá-las. A escola tem, portanto, a tarefa de ensinar os alunos a compartilhar o saber, os sentidos das coisas, as emoções, a discutir, a trocar pontos de vista, desenvolvendo assim a criticidade da criança, a observação e o reconhecimento do outro em todas as suas dimensões.

Pensar a disciplina na infância é pensar na construção e internalização dos limites e das regras sociais. A criança aprende as regras da escola no instante que aprende a respeitar seu próximo, quando o professor ensina quais são seus limites, automaticamente ela está ensinando que a escola tem regras e limites que devem ser respeitadas. No trabalho realizado na pesquisa de campo, os professores que participaram da pesquisa através de questionário e observação, trabalham com diálogos e todos os dias lembram aos alunos as regras da escola, de modo que crie um ambiente mais tranquilo na realização dos seus trabalhos.

Esta delimitação de limites e regras é necessária para o bom desenvolvimento social da criança e depende de um delicado equilíbrio no meio em que a criança está inserida. A responsabilidade não é apenas da família; é da escola, da família e da sociedade. Esta parceria deve ser feita em parceria, resgatando a velha tríade escola/família/sociedade. A família não substitui o ambiente social da escola, assim como a escola não impõem as regras e limites próprios à família. Desse modo, quando falamos em limite na Educação Infantil, estamos falando da internalização das regras sociais assim como dos limites para um bom desenvolvimento cognitivo. Não estamos falando de violência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Rubem, **A alegria de ensinar**, Papyrus Editora, 2000.
- AQUINO, Júlio Groppa. **Pela ritualização na sala de aula**. São Paulo: Revista Nova Escola, n.149, p.14-23, fev. 2002.
- BRASIL, Brasília, DF, **Lei n. 9.394 de 20** de dezembro de 1996.
- _____, **Estatuto da criança e do adolescente – ECA**. Brasília, Distrito Federal: Senado, 1990.
- _____, **Constituição Federal**. 1988.
- _____, **Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil**. Brasília, MEC.
- _____, **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília, MEC/SEF, 1998. vol. I, vol. II.
- CAMPOS, M. M.; ROSEMBERG, F.; FERREIRA, I. M. **Creches e pré-escolas no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- DE LA TAILLE, Yves. **Limites: três dimensões educacionais**. São Paulo, SP: Ática, 1998.
- DIDONET, Vital. Creche: a que veio, para onde vai. In: **Educação Infantil: a creche, um bom começo**. Em Aberto/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. v 18, n. 73. Brasília, 2001. p.11-28.
- ESTRELA, M. T. **Relação pedagógica, disciplina e indisciplina na aula**. Porto: Porto, 1992.
- FARIA, Ana Lucia Goulart de. **Educação pré-escolar e cultura**. Campinas: Cortez, 1999.
- FERREIRO, Emília. **Alfabetização em processo**. 19 ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 29 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- GALLO, Márcia. **A Parceria Presente: A Relação Família-Escola numa Escola de Periferia de São Paulo**. São Paulo 2012.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- GUIMARÃES, A.M. **A dinâmica da violência escolar: Conflito e ambiguidade**. Campinas: Autores Associados, 1996
- KUHLMANN JR., Moisés. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

- MIELNIK, Isaac. **O Comportamento Infantil**: Técnicas e métodos para entender as crianças. 4 ed. São Paulo: Ibrasa, 1982.
- MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 16.ed. São Paulo: Atlas, 2004.
- NOBRE, L. F. **Terapia familiar**: uma visão sistêmica. In. Py, L A.et all. Gruppo sobre grupo. Rio de Janeiro. Rocco, 1987.
- OLIVEIRA, Maria Izete. **Indisciplina escolar**: determinações, consequências e ações Brasília: Líber livro, 2005.
- OLIVEIRA, Zilma Moraes R. **Educação infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2005. (Coleção Docência em Formação).
- PARRAT-DAYAN, Silvia. **Como enfrentar a indisciplina na escola**. São Paulo: contexto, 2008.
- PASCHOAL, Jaqueline Delgado; MACHADO, Maria Cristina Gomes. **A História da educação infantil no Brasil**: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. Revista HISTERDBR On-line. Campinas, n.33, mar. 2009.
- PIAGET, J. **Para onde vai a educação**. José Olympio ed. 15 ed. Rio de Janeiro, 1972.
- REGO, Teresa C. R. A. **Indisciplina e o processo educativo: uma análise na perspectiva Vygotskiana**. São Paulo: Summus, 1996.
- SANCHES, Emilia Cipriano. **Creche – realidade e ambiguidades**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
- TIBA, Içami. **Disciplina, limite na medida certa**. São Paulo, Editora Gente, 1996.
- VASCONCELLOS, Celso dos S. **Disciplina: Uma construção da disciplina consciente e interativa em sala de aula**. 12 ed. São Paulo: Ed. Libertad, 2000.

ANEXOS

Este questionário faz parte de um trabalho de Conclusão de Curso (TCC) cujo título é: “Disciplina e Limites na Educação Infantil”. Ele constitui um componente curricular do curso de Licenciatura em pedagogia da UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA

(VIRTUAL). Suas informações são de extrema importância para o enriquecimento e valorização deste trabalho. Sendo que as informações prestadas terão tratamento ético adequado. Portanto, não é necessária nenhuma identificação pessoal.

Questionário do Professor:

- 1- Há quanto tempo você leciona na educação infantil?
- 2 - As crianças têm o acompanhamento dos pais aqui na creche?
- 3- Com relação à interação entre colegas na sala, como seus alunos se comportam?
- 4 Você sente dificuldade em estabelecer limites e regras de convivência na sala com seus alunos?
- 5- Qual é a orientação da escola ao professor em relação à indisciplina?
- 6- O que você tem feito para estabelecer as regras de convivência em sala de aula?
- 7- Quais os recursos que você acredita que pode te ajudar para estabelecer as regras e os limites entre as crianças?
- 8- Ao quebrar uma regra ou desrespeitar um limite acordado entre o grupo, qual seu procedimento com a criança?
- 9- Geralmente a criança quebra regras e limites, quando isto acontece. A quem podemos responsabilizar?

Fotos da Creche Cenícia Maria

